

JUVENTUDE E POLÍTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS JOVENS DE UM MUNICÍPIO NO SUDESTE DO TOCANTINS

YOUTH AND POLITICS: ANALYSIS OF THE PARTICIPATION AND REPRESENTATION OF YOUNG PEOPLE IN A MUNICIPALITY IN THE SOUTHEAST OF TOCANTINS

Aldemir dos Santos Dias ¹

Sandra Alves Farias ²

Adriana Moreira Dias ³

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa realizada na modalidade PIVIC, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Tocantins. A pesquisa teve como campo o município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO e como público-alvo a juventude pontealtense na faixa etária de 16 a 24 anos. O escopo do trabalho partiu do propósito de descrever o nível de conhecimento dos jovens pontealtenses sobre os mecanismos políticos, a atuação e a importância que eles dão à política e o envolvimento deles em temas sociais do município. A pesquisa consistiu de abordagem quantiqualitativa para a realização da coleta de dados mediante a aplicação de questionários impressos e online. Os resultados da pesquisa evidenciam que os jovens pontealtenses participam da política local, porém não efetivamente, eles demonstram conhecimento restrito e não abrangente sobre política, consequentemente sua participação e representatividade são marcadas em períodos eleitorais.

Palavras-chave: Política Local. Participação. Representatividade. Juventude Pontealtense.

Abstract: This article results from a research carried out in the PIVIC modality through the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships of the State University of Tocantins. The research had as its field the municipality of Ponte Alta do Bom Jesus-TO and as a target audience the youth from Ponte Alta in the age group of 16 to 24 years. This study focuses on the purpose of describing the level of knowledge of young people about political mechanisms, the performance and importance they give to politics and their involvement in social themes of the municipality. The research consisted of quantitative and qualitative approaches to conduct the data collection through the application of printed and online questionnaires. The results of the research pointed out that young people from Ponte Alta participate in local politics, however not effectively, they demonstrate restricted and non-comprehensive knowledge about politics, consequently their participation and representativeness are marked in electoral periods.

Keywords: Local Politics. Participation. Representativeness. Pontealtense Youth.

-
- ¹ Acadêmico do Curso de Direito na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Câmpus Dianópolis - TO. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito (GEPD/CNPq). Membro do Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Estadual do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9068444121410077>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6111-6718>. E-mail: aldemirdias@unitins.br.
 - ² Docente do Curso de Direito na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Câmpus Dianópolis - TO. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0561331872521901>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7348-0867>. E-mail: sandra.af@unitins.br.
 - ³ Servidora Pública e Acadêmica do Curso de Direito na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Câmpus Dianópolis - TO. Membro fundadora da Liga Acadêmica de Direitos Humanos e do projeto Mães na maternidade: A parentalidade no contexto acadêmico da UNITINS. Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Estadual do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0196634952698884>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7342-6729>. E-mail: adriana.md@unitins.br.

Introdução

Surgida na Grécia Antiga, a política consiste na aptidão que o ser humano tem de organizar seu modo de vida e está relacionada ao ato de administrar ou governar objetivando o bem comum. Dizia o filósofo grego Aristóteles que a política é um mecanismo que tem como principal objetivo a felicidade dos homens. Desta forma, todo ser político deve ser capaz de mediar os conflitos da sociedade, buscando sempre uma solução que traz benefícios a todos.

A política é compreendida por duas vertentes, uma está associada ao âmbito institucional e a outra a um complexo de atitudes e ações de um determinado grupo relacionado a algo, no entanto, a vertente mais conhecida é a primeira, e costumeiramente chega a ser considerada a única. Leo Maar (1994) em sua obra *“O que é Política”* desmistifica essa forma de pensar, pois para ele na condição de seres humanos, somos também seres políticos e praticamos política no nosso dia a dia.

Neste contexto, assumindo tal condição, surge a necessidade de envolver toda a sociedade nesse mecanismo social em que consiste a política, principalmente os jovens, considerando que eles são o futuro do país. Apesar do desinteresse dos jovens brasileiros pela política, como vem apontando, por exemplo, as pesquisas do IBGE, espera-se que essa realidade mude. A internet e as tecnologias de comunicação e informação são meios para atrair a atenção dos jovens para esse fenômeno tão importante que é a política. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em agosto de 2018 mostrou que 29% dos jovens entre 16 e 25 anos apresentou interesse em participar da política, seja como eleitores ou com participação além do simples votar, enquanto que adultos de 26 a 40 anos tiveram um percentual de 19% deixando visível a mudança crescente do interesse dos jovens pela política.

Com o advento das mídias sociais e a internet, a mobilização para a participação dos jovens em assuntos de cunho político tem sido notável. Isso pôde ser verificado no expressivo aumento de cadastro eleitoral de jovens que se deu recentemente no ano de 2022. Essa participação não se restringe só a discussões em redes virtuais, os jovens têm levantado debates nas escolas e universidades defendendo seus ideais. Entretanto, essa participação ainda é pouca em relação à quantidade de jovens que se tem no Brasil. Os jovens atuantes, reconhecendo a importância da participação desse público com esse tema, buscam as redes sociais para fomentar a participação e aumentar o número de jovens engajados na política.

Diante disso, a pesquisa de cunho descritivo partiu de um objetivo central que foi descrever o nível de conhecimento dos jovens de Ponte Alta do Bom Jesus-TO a respeito dos mecanismos políticos, a atuação e importância que eles dão à política e o envolvimento deles em temas sociais do Município.

Percebe-se por meio dos dados coletados do público participante da pesquisa uma necessidade de levantar debates sobre o tema política em sala de aula. Uma mudança de pensamento sobre política sempre associado ou como sinônimo de corrupção, uma mudança de pensamento também é importante para despertar o interesse pela participação política. Estes podem ser alguns pontos de partida para estimular o protagonismo juvenil e contribuir para a formação de uma geração consciente e envolvida com o crescimento e desenvolvimento do município, uma geração na qual os jovens usam do próprio conhecimento para inovar e impactar positivamente a sociedade local.

A participação e representatividade dos jovens no atual cenário político brasileiro

Na atualidade, muito se tem discutido sobre o engajamento dos jovens no cenário político brasileiro. Partindo da premissa de que a compreensão de política apresenta duas vertentes, com a primeira associada ao âmbito institucional e a segunda a um complexo de atitudes e ações de um determinado grupo, percebe-se que embora a primeira seja mais conhecida, em referência à participação dos jovens, há uma aderência maior à segunda forma de compreensão. De acordo

com Gohn (2018) isto se dá pelo fato de que autoridades governamentais apresentam dificuldade em dialogar com os jovens nas formas institucionalizadas de participação civil que ocorrem muitas vezes pela atuação em conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais de políticas específicas.

Essa dificuldade surge na primeira década do presente século, quando programas e projetos sociais foram criados para grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como o Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, e as políticas de aumento do salário mínimo (GOHN, 2018). Nesse período houve a instituição de um sistema de participação institucionalizado que focava em políticas que não eram as prioridades dos jovens. Quando eram políticas destinadas a suprir suas necessidades, vinham de tomadas de decisões que não levavam em conta o diálogo, ou seja, não proporcionando um espaço de diálogo onde os jovens pudessem sugerir e discutir suas demandas. Soma-se a isso a ausência de formas de participação *online*, por meio do uso de tecnologias digitais (CARRANO, 2012). Tudo isso contribuiu para distanciar os jovens da política institucional e partidária, deixando de beneficiar a reconstrução de sua cultura política e o aumento das formas de participação.

Diante desse cenário, os jovens motivados pela defesa dos seus direitos e ideais políticos, começaram a formar coletivos para exercerem sua participação e representatividade política, para exemplificar, é o que aconteceu em 2015 quando o Governo do Estado de São Paulo propôs um plano de reorganização das escolas públicas, o qual culminaria no fechamento de inúmeras escolas do Estado. Os jovens, na condição de estudantes e portadores do direito a uma educação de qualidade, se uniram em coletivos, paralisaram as atividades e ocuparam essas escolas, fazendo com que o governo de São Paulo recuasse. Outro fato se deu nos movimentos de jovens que protestaram em maio de 2019 contra o corte de 30% das verbas destinadas às Universidades e Institutos Federais, anunciado pelo Ministério da Educação - MEC, (GONH, 2018). Tais acontecimentos foram considerados atos políticos que evidenciaram a participação dos jovens na política. Uma participação não institucional, mas intimamente ligada a ações de um grupo coletivo.

Portanto, na contemporaneidade os grupos coletivos são algumas das formas em que a juventude brasileira tem participado da política. O agrupamento em coletivos foi a saída que os jovens encontraram para fazer política e lutar por seus direitos e ideais. Nos coletivos o uso das tecnologias digitais é intenso, o que possibilita uma maior interação e mobilização da sociedade em suas ações. Os ativistas agem com autonomia e promovem discussões estratégicas dentro de grupos, isso atrai os jovens, diferentemente do que acontece no campo da política institucional, por meio dos movimentos sociais tradicionais, que ligados ao Estado, esperam pela construção de práticas institucionalizadas.

Muitos coletivos, embora aleguem não serem apolíticos, negam a política partidária e representativa, uma vez que não veem seus direitos sendo efetivados por meio desta. Para Carrano (2012, p. 93) “no lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes”. Entretanto, a juventude brasileira não tem tido essa compreensão, por isso se engajam mais em causas do que em instituições. Esse fator somado aos atos de corrupção praticados por lideranças políticas e escancarados na mídia é outro motor que gera descrença nos jovens brasileiros, o que pode explicar a baixa participação e representatividade nos movimentos sociais e na política institucional.

Neste trabalho 27 pessoas participaram da pesquisa, sendo 19 Jovens de 18 a 24 anos e 08 adolescentes de 16 a 17 anos, desses 19 jovens 63,20% são do sexo feminino e apenas 36,80% do sexo masculino. Enquanto dos 08 adolescentes pesquisados 75% são do sexo feminino e 25% são do sexo masculino. Portanto, a maioria dos jovens que participaram deste trabalho pertence ao sexo feminino. Sendo uma pesquisa situada na temática da política, esse dado é muito relevante, uma vez que a participação e representatividade da mulher ainda são baixas no cenário político brasileiro. No Brasil, a presença feminina na política é considerada minúscula, sendo que elas são pouco mais da metade da população (TOLEDO, JARDIM, 2019).

A mulher na política brasileira

As mulheres encontram dificuldade em participar da política, seja para ser eleita, seja para ter voz ativa nas decisões partidárias. Esse paradigma se demonstra no aparato histórico que se

intersecciona com o processo de democratização no Brasil. Neste tópico serão abordados os fatores históricos que desenham a participação da mulher na política.

A Lei Saraiva 1881 vigorou até o primeiro código eleitoral, no ano de 1932, integrado ao poder judiciário que estabeleceu em seu artigo 2º que o “eleitor” era aquele nos termos da Constituição do império que versava quanto ao gênero. Após a criação do Código Eleitoral foi permitida a votação para ambos os sexos, facultativo àquelas que não exerciam atividades públicas (FONSECA, 2018).

Em seguida, no ano de 1824, a Carta Magna não concedeu o sufrágio às mulheres. No ano de 1891, o movimento pelo sufrágio foi amplamente debatido pela constituinte, que nos debates alegou que se tratava da dissolução da família brasileira, abalando o alicerce da família brasileira (FONSECA, 2018).

Mais adiante, no ano de 1910, foi criado o primeiro Partido Republicano Feminino, composto por 27 mulheres, o qual visava à integração de mulheres na política, conforme descreve Fonseca:

Voltado à busca do sufrágio feminino, Bertha Maria Júlia Lutz liderou outro movimento feminista que trouxe também grandes contribuições à inclusão da mulher no cenário político brasileiro. Foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), cujo objetivo era de articular políticas feministas na esfera pública. Acrescenta a autora que “a agenda política da entidade foi reformulada para alcançar amplas reformas na condição jurídica de mulher e desenvolver uma inovadora plataforma de justiça social”. (FONSECA, 2018, p. 05).

No contexto da América Latina, data-se no ano de 1929 a eleição da primeira mulher à prefeita no cenário brasileiro. Pela primeira vez, a mulher “Assumiu a prefeitura de Lajes no Rio Grande do Norte com 60% (sessenta por cento) dos votos.” Isso se deve a uma lei estadual que permitiu a participação de mulheres nas votações. No Congresso Nacional, em 1965, a médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita Deputada Federal, o que denota a ampliação da participação feminina na política, principalmente após o golpe militar de 1964, em que foram primordiais para apoiar o regime (COSTA, 2021, p. 102).

O voto feminino na década de 1960 não era proibido na forma literal da lei, mas a interpretação diante dos requisitos para votar expressava que esse direito era aplicado ao sexo masculino (FONSECA, 2018).

Partindo da Revolução Industrial que se tornou um marco na luta das mulheres por ocupar espaços fora dos limites do lar. O protagonismo feminino tomou viés protestativo em escala mundial. No Brasil, o movimento surgiu no início do século XX, o movimento sufragista foi consequência do questionamento em torno da exclusão social que sofriam as mulheres, principalmente quanto à legislação (COSTA, 2021).

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, foi promulgada sob a égide da igualdade. Sendo assim, determinou a luta contra todas as formas de discriminação existentes nas leis do Brasil. Leis que fossem contra esse entendimento não foram recepcionadas pela Carta. Ressalta-se que não significa que a CF foi materialmente a primeira a falar sobre a igualdade, mas foi a primeira que se comprometeu a erradicar as marginalizações sociais (FONSECA, 2018).

Para Fonseca (2018) a Constituição trouxe união entre pessoas que sofriam a desigualdade, encorajando-as a fazer valer seus direitos sem se autoconstranger nessa demanda social. Sendo a lei uma medida do Estado de proteção e não de perseguição, como um instrumento que regule as desigualdades sociais, trata-se de cumprir o princípio da isonomia. O Art. 5º da Constituição Federal de 1988 diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, (BRASIL, 1988, n.p.).

Sendo assim, principalmente a partir da década de 1990, a legislação procurou estabelecer políticas públicas de cotas que visam proporcionar espaço para as mulheres na política. A Lei 9.100/1995 estabelecia uma porcentagem na qual 20% da participação política fosse de mulheres. Nogueira (2015) apresenta dados nos quais mostra que com o implemento da lei houve um crescimento significativo na participação feminina.

A Lei 9.100/1995 modificou a participação feminina na política, visto que, destinou-se cotas de 20% das candidaturas destinadas às mulheres. Dois anos depois, a Lei 9.504/1997, conhecida

como Lei das Eleições, estabeleceu que as candidaturas de cada partido fossem de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidatura para cada sexo, destaca-se que essa determinação veda a candidatura de pessoas do sexo oposto quando na falta de candidaturas. Mesmo com críticas e discussões, a medida foi um marco para a participação feminina na política (FONSECA, 2018).

No ano de 2009, acrescentam-se três inovações para a igualdade na política, as imposições de preenchimento de 30% de candidatos de um gênero em proporção de 70% obrigatoriamente, por exemplo, se 70% dos candidatos forem homens, no mínimo deve haver 30% de candidatas mulheres; a aplicação de 5% dos recursos eleitorais em campanhas femininas; e a reserva de 10% da propaganda para difundir a campanha de mulheres (FONSECA, 2018). No ano de 2009 a Lei 12.034/2009 modificou a lei de cotas, acrescentando políticas de apoio às mulheres, sendo o tempo de política partidária de 10%.

Mesmo com o avanço da criação de leis e políticas públicas, o processo é lento e dificultoso, visto que se apresentam vários empecilhos, (NOGUEIRA, 2015). O autor destaca que:

A Lei de Cotas de Gênero, na prática, tem se revelado demagógica e serve de palanque eleitoral de certos políticos para uma falsa demonstração de mudança institucional. Mas, na verdade, a adoção de cotas, por parte de muitos políticos, acaba por ter esse caráter de manutenção do jogo político e de manutenção desse processo de exclusão de gênero no contexto político e social do Brasil (NOGUEIRA, 2015, p. 12).

Mesmo que vários países apliquem as cotas partidárias, a equidade é um posto longe de alcance, principalmente pela representatividade ser em sua maioria masculina em termos quantitativos, sendo assim, “é possível afirmar que as regras do jogo político são fundamentalmente masculinas”. (PANKE, 2016, p. 103). Insta mencionar que no campo formal, existem discrepâncias quanto à discussão do machismo presente nas políticas públicas de igualdade e inserção da mulher na política (FONSECA, 2018).

Além dessas Leis, a Lei 12.891/2013 acrescentou o art. 93-A na Lei das Eleições para que o Tribunal Superior Eleitoral “poderá promover” campanhas que incentivem a participação feminina na política. Em seguida, a Lei 13.165/2015, mudou o termo para “promoverá”, portanto, a propaganda institucional é obrigação do Tribunal Superior Eleitoral. Mesmo assim, as participações são tímidas, conforme destaca Fonseca (2018, p.11):

Pelos dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral nota-se que nas eleições municipais de 2008, enquanto a legislação apenas exigia a reserva de vagas para participação feminina, foram eleitas 6.504 vereadoras, representando 12,53% do total de vereadores daquela legislatura, nas eleições 2016, ou seja, segunda eleição municipal com a política de cotas totalmente implementada, elegeu-se 7.810 vereadoras, representando 13,51% do total de vereadores desta legislatura, ou seja, uma demonstração clara de que a lei de cotas, mesmo com os rigores trazidos pela Lei 12.034/2009 ainda não produziu os efeitos esperados. Quando se analisa as mulheres eleitas em âmbito estadual e nacional o quadro ainda é mais desolador. São apenas 51 deputadas federais eleitas em 2014, ou seja, apenas 9,94% dos membros da Câmara dos Deputados; quanto aos deputados estaduais, as mulheres ocupam apenas 11,23% das cadeiras, somados neste índice todos os membros das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital.

Fora essas leis descritas, tramitam no Congresso Nacional, projetos de emenda à Constituição, entre eles a nº 98/2015 “para fins de acrescentar o artigo nº 101 no ADCT visando garantir vagas de gênero nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados” com essa proposta, haverá ocupação de no mínimo 10%, 12% na segunda e 16% na terceira (FONSECA, 2018, p.12). Dessa forma, torna-se importante estudar a evolução dos direitos das mulheres e principalmente as causas que podem estar impedindo o seu avanço.

A participação e representação política da juventude no município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO

Os resultados do estudo realizado no município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO foram construídos a partir da realização de uma coleta de dados por meio da aplicação de questionários compostos por questões abertas e fechadas, os quais foram aplicados a dois grupos de pessoas moradoras do município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO: o primeiro de adolescentes de 16 a 17 anos, porque aos adolescentes nesta faixa etária de idade é facultado o exercício do sufrágio universal e o segundo, a um grupo de jovens de 18 a 24 anos, tendo em vista que eles possuem um senso crítico formado e aguçado e, que nesta idade estão aptos a se candidatarem a cargos políticos, tais como prefeito, vice-prefeito e vereador.

O município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO possui aproximadamente 5.000 habitantes. De 04 em 04 anos, na ocorrência de eleições municipais, elegem-se por meio do voto universal 01 prefeito e 09 vereadores. Desde a emancipação do município em 14 de novembro de 1958 até os dias atuais, só houve uma única mulher que assumiu a prefeitura municipal da cidade. Atualmente o município conta com duas vereadoras eleitas no último pleito eleitoral ocorrido em novembro de 2020, neste contexto, ao analisar a participação política da mulher pontealtense, nota-se a repetição do que acontece no cenário político brasileiro, ou seja, a ocorrência de baixos índices.

No entanto, apesar da baixa representatividade feminina na política brasileira e local, há de se considerar alguns avanços no contexto mais amplo. Em 01 de janeiro de 2011, o Brasil elegeu a primeira dirigente feminina. Dilma Vana Rousseff tomou posse como Presidente do Brasil, tornando-se a 36ª pessoa a ocupar o cargo mais elevado do País. Ainda no mesmo ano, a então deputada Rose de Freitas e a então senadora Marta Suplicy, assumiram a vice-presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A luta das mulheres por espaço no cenário político brasileiro é histórica, elas enfrentaram muitos obstáculos para conquistarem direitos básicos, como o voto e a aptidão a cargos políticos que até então só podiam ser ocupados pelo sexo masculino.

Ademais, realizada a análise dos dados coletados acerca da participação e representação política da juventude no município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO pôde-se constatar que a juventude pontealtense, com especial destaque para as mulheres, participa das discussões sobre a política local, porém não atua de forma efetiva. Eles possuem um conhecimento restrito e não abrangente sobre política, parte da juventude só compreende a política por seu viés institucional, principalmente alinhado ao processo eleitoral e ao exercício do sufrágio universal, consequentemente demonstrando participação e representatividade somente em períodos eleitorais.

O quadro abaixo mostra as respostas que dizem respeito à compreensão e importância da política sob a ótica dos jovens do município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO.

Quadro 01. Perguntas e respostas sobre a compreensão e a importância da política apresentada à juventude pontealtense.

<i>Perguntas</i>	<i>Respostas dos adolescentes de 16 a 17 anos</i>	<i>Respostas dos jovens de 18 a 24 anos</i>
<i>O que você entende por “Política”?</i>	<p><i>“Política para mim é nada menos e nada mais do que uma simples disputa entre candidatos para saber quem vai representar a cidade” AS01</i></p> <p><i>“Momento em que podemos escolher em quem votar para nos representar” DF02</i></p>	<p><i>“Política é o ato de governar, onde a população escolhem seus representantes através de seu voto” GH03</i></p> <p><i>“Política é um ato democrático onde todos podem e devem exercer a função de escolher quem quiser e achar melhor para representar aquilo em que estar concorrendo” JK04</i></p>
<i>Você acha que é importante participar da política local? Por quê?</i>	<p><i>“Sim. Pois temos o direito de escolher nosso futuro representante” DF02</i></p> <p><i>“Sim pois é se a gente não participar estamos simplesmente jogando o nosso voto fora” AS01</i></p>	<p><i>“Sim, nosso voto é o nosso futuro, e com ele poderemos viver bem, e garantir para futura geração um lugar melhor, com oportunidades.” LZ05</i></p> <p><i>“A participação de todos são importante (SIC), o voto é um dever e direitos de todos!” XC06</i></p>

Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

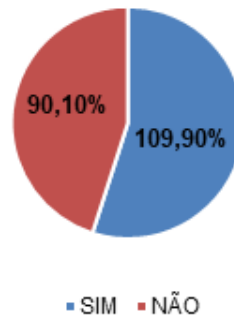
Infere-se das respostas dadas que a juventude pontealtense não compreende a política em sua essência, como base das relações humanas, mas sob o viés institucional, relacionado a um contexto eleitoral e democrático. De acordo com Mesquita et al. (2016) a política vista sob tal contexto passa por uma crise em termos de adesão e crença por parte da população em geral e dos jovens em especial, isto devido a escândalos de corrupção envolvendo políticos e mau uso do dinheiro público.

No passo seguinte, foi questionado se os jovens pontealtenses conheciam os vereadores e o prefeito do município, os resultados foram positivos, pois, dos 27 sujeitos pesquisados 187,50% afirmaram conhecê-los, enquanto 12,50% declararam não os conhecer. Saber quem são os representantes políticos do lugar em que se vive é importante para compreender a política local, pois, estes como representantes do povo têm a missão e a responsabilidade de trabalhar pelo bem de toda a comunidade, conhecê-los é o primeiro passo para assegurar direitos enquanto jovens e cidadãos. Mas apenas conhecer não basta, é preciso também acompanhar o trabalho desenvolvido por eles.

Posteriormente foi questionado aos jovens se eles têm acompanhado o trabalho desenvolvido pelos legisladores municipais. Os resultados foram os seguintes: 120,40% dos pesquisados disseram acompanhar o trabalho dos vereadores do município, enquanto que 79,60% não acompanham. Os legisladores municipais são os responsáveis pela criação das leis que são executadas no âmbito do município, conhecidos como “fiscais do povo”, desempenham a função de fiscalizar o poder executivo. Acompanhar o trabalho desses políticos é importante, visto que são os responsáveis por assimilar os acontecimentos da vida em comunidade, conhecer os problemas e necessidades locais, além de apresentar e discutir junto à sociedade questões sociais do município, buscando soluções que atendam aos anseios da comunidade.

Continuando a investigação, diante da impossibilidade de participar das sessões, foi questionada aos sujeitos pesquisados a situação que intitula o gráfico abaixo:

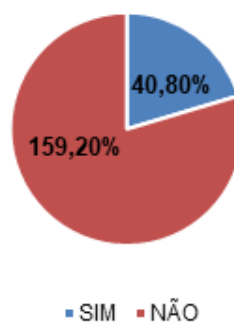
Gráfico 01. Você já assistiu a alguma sessão ordinária na Câmara Municipal de Vereadores?



Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

Os dados reafirmam a participação da juventude pontealtense na política local. Observa-se no gráfico 01 que a maioria dos participantes da pesquisa declarou já ter participado de alguma sessão ordinária na Câmara Municipal de Vereadores, contudo, essa participação não é efetiva, é o que se constata no gráfico logo abaixo.

Gráfico 02. Você tem buscado se envolver em questões sociais do município?



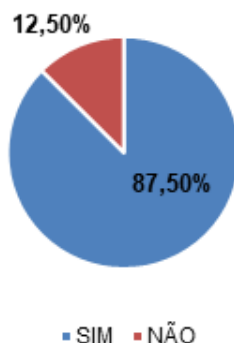
Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

Os números do gráfico mostram que a juventude pontealtense não tem buscado se envolver em questões sociais do município. Os dados que evidenciam isso são alarmantes, pois demonstram o desinteresse dos jovens pela política local. A atual discussão sobre a participação social e política dos jovens tem sido fundamental na pesquisa científica quando se constata o desinteresse deles pela política. Acredita-se que tal declínio pode estar relacionado aos comportamentos políticos institucionalizados. (CASTRO, 2008). Neste contexto, essa realidade pode ser considerada um fator inibidor da participação efetiva dos jovens na política local, em razão do desinteresse, não é possível o engajamento político.

Outro fator que inibe a participação efetiva dos jovens na política é a falta de conhecimento quanto aos canais e meios disponíveis onde possam opinar, comunicar e interagir com os políticos eleitos. Ao questionar os jovens pontealtenses sobre isso, percebe-se que eles não dispõem de formas para expor seus ideais e opiniões em relação a seu município. Dos 27 pesquisados, apenas 72,40% declararam conhecer meios ou canais para cobrar os políticos eleitos, enquanto 127,60% alegaram não conhecer meio ou canal algum. Esses dados salientam novamente o desinteresse da juventude pontealtense para com a política local.

Como definido na metodologia, o público-alvo dessa pesquisa foi dividido em dois grupos, aos quais foram aplicados questionários com questões semelhantes e algumas diferentes por serem específicas de cada grupo. Neste sentido, buscou-se analisar a participação e representação política dos jovens pontealtenses em suas especificidades, como se verifica no gráfico seguinte:

Gráfico 03. Caro entrevistado, você possui título de eleitor?

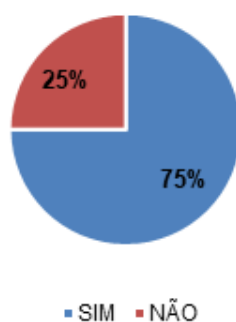


Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

Cabe ressaltar que a questão que intitula o gráfico de número 03 foi dirigida somente aos adolescentes de 16 a 17 anos que compõem o primeiro grupo, isto porque a essa faixa etária o voto é facultativo, justifica-se ainda pelo fato de que recentemente a aplicação do questionário coincidiu com um momento de pleito eleitoral em todos os municípios do Brasil, especificamente em novembro de 2020. Nessas circunstâncias saber se o adolescente possui ou não título de eleitor é muito relevante. Partindo de uma pressuposição, tem-se que a posse do referido documento tem como causa o interesse em participar da política local através do voto, ainda que essa participação esteja restrita a uma concepção política relacionada ao viés institucional e alinhada ao processo eleitoral.

Após nos certificar de que a maioria dos adolescentes de Ponte Alta do Bom Jesus possui título de eleitor, buscamos saber se eles participaram de fato dos pleitos eleitorais por meio do exercício do sufrágio universal.

Gráfico 04. Já participou de alguma eleição por meio do voto?

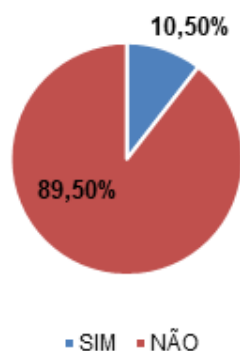


Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

É possível verificar no gráfico 03 que 87,50% dos adolescentes pesquisados, disseram possuir título de eleitor, mas quando questionados se já participaram de algum pleito eleitoral por meio do voto, como se verifica no gráfico 04, apenas 75% disseram que sim, revelando uma pequena parcela dos adolescentes equivalente a 12,50%, detentora do documento, que porém não quiseram exercer o sufrágio universal. Cabe ressaltar que em novembro de 2020 houve eleições municipais, essa pequena parcela nos remete novamente ao desinteresse que parte da juventude pontealtense apresenta quanto à participação política em um contexto local.

O próximo gráfico mostra a participação política dos jovens de 18 a 24 anos por meio da filiação a partidos políticos e possíveis candidaturas.

Gráfico 05. Caro entrevistado, você é filiado a algum partido político?

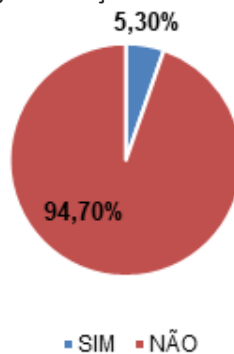


Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

De acordo com o gráfico, dos 19 sujeitos pesquisados que compõem o segundo grupo, uma minoria equivalente a 10,50% possui filiação partidária. O ato de se filiar a um partido político diz muito sobre o indivíduo, pois cada partido tem e defende uma ideologia. Neste sentido, nós nos filiamos a partidos com os quais nos identificamos. Um dos vieses de compreensão da importância da filiação, sob uma perspectiva local, é o fato de demonstrar desejo em participar de forma ativa das discussões no que concerne aos nossos direitos enquanto cidadãos e sujeitos comprometidos com a busca de melhorias para o mundo onde vivemos.

A partir da constatação de que apenas uma minoria dos jovens pontealtenses possui filiação partidária, investigamos a participação dos pesquisados na política por meio de candidaturas a cargos políticos e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 06. Você já participou de alguma eleição como candidato?



Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

No gráfico se pode notar que os jovens pontealtenses pesquisados não demonstram interesse por assuntos de cunho social do município, além disso, não possuem conhecimento de meios pelos quais poderiam se comunicar com os representantes políticos locais. É evidente que há desinteresse em participar de forma efetiva da política. Isto pode explicar o que se observa no gráfico acima: dos jovens pesquisados apenas 5,30% já foi candidato a um cargo político em uma eleição. O desinteresse dos jovens pela política os impede de ocuparem cadeiras nas Câmaras Municipais e Prefeituras do Brasil.

No que diz respeito à representatividade política dos jovens do município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO, considerando ainda as eleições municipais ocorridas em novembro de 2020, quanto à questão do exercício da representatividade política durante o período eleitoral, os dados coletados revelam que dos 27 jovens pesquisados o equivalente a 153,90% responderam ter exercido representatividade durante o período eleitoral, enquanto que uma minoria equivalente a 46,10% não teve representatividade alguma.

Enquanto a perspectiva deles sobre a sua representatividade no pós-período eleitoral, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 02. Pergunta e respostas sobre representatividade política apresentada à juventude pontealtense.

<i>Pergunta</i>	<i>Respostas dos adolescentes de 16 a 17 anos</i>	<i>Respostas dos jovens de 18 a 24 anos</i>
<i>Como você pode continuar exercendo essa representatividade política no pós período eleitoral?</i>	<p><i>“Pretendo a começar a exercer a minha representatividade política observando e cobrando do candidato eleito.” VB07</i></p> <p><i>“Participando das reuniões na câmara.” NM08</i></p>	<p><i>“Cobrando o posicionamento e atuação dos candidatos eleitos” QW09</i></p> <p><i>“Acompanhando todos os projetos do candidato eleito” ER10</i></p>

Fonte: Elaborado pelos autores. (2021).

Nota-se que existem semelhanças nas respostas. Ambos os grupos propõem basicamente “acompanhar o trabalho dos candidatos eleitos” como forma de continuar exercendo a representatividade política. Todavia, a juventude pontealtense tem feito isso, mas essa ação não tem surtido o efeito esperado, a representatividade não tem sido contínua, isto é verificável quando analisamos a participação política deles. Neste sentido é preciso que o jovem busque alternativas que o possibilite dar continuidade a representatividade política durante e no pós-período eleitoral.

No que concerne à autopercepção em relação a sua atuação política, dos 27 sujeitos pesquisados, a maioria equivalente a 109,90% se consideram cidadãos atuantes na política do município de Ponte Alta do Bom Jesus-TO, e de fato são. Todavia, os dados coletados nos mostram que essa atuação se restringe ao período eleitoral, ao passo que deveria abarcar toda a sua vida.

Os dados revelam ainda que a juventude pontealtense não compreende o cerne da política. Eles demonstram uma visão restrita e resumem a política ao processo eleitoral. Muitos não demonstram interesse por questões sociais do município, evidenciando um desinteresse pela política local. Contudo, por mais que não seja de forma efetiva, a juventude pontealtense tem participado timidamente da política local. Eles conhecem os seus representantes e acompanham o trabalho desenvolvido pelos políticos eleitos.

Considerações Finais

É notório que a política desempenha um papel importantíssimo na vida dos jovens, uma vez que contribui significativamente para a construção de sua cidadania, formação e desenvolvimento de sua consciência crítica. Nesta perspectiva nasceu esta pesquisa que buscou ao longo do seu desenvolvimento elucidar os reais fatores que movem ou inibem os jovens de Ponte Alta do Bom Jesus-TO de atuarem politicamente no local onde vivem.

Realizar uma pesquisa de campo em meio a uma pandemia mundial foi desafiador, no entanto, vimos no cenário do isolamento social uma forma de conhecer novos desafios e caminhos metodológicos para se realizar pesquisa científica no contexto de distanciamento social. Os pesquisadores se viram inúmeras vezes impossibilitados de se aproximarem do público-alvo para fazer o convite e selecionar os pesquisados, foi preciso repensar os caminhos de se fazer pesquisa. Assim, consideramos o campo virtual e o uso de ferramentas tecnológicas, tais como *Google Forms* e *WhatsApp* para realizar a coleta de dados.

Os dados empíricos vindos à tona por meio deste estudo servem para indicar a importância de um trabalho voltado para a conscientização dos jovens não somente sobre o que é a política e a importância desse fenômeno, mas sobre a relevância do papel dos jovens no exercício da cidadania e democracia por meio do voto, pelo poder que eles têm de mudar o cenário político brasileiro porque representam uma parcela significativa dos cidadãos aptos a votar.

Destaca-se a importância do papel de instituições como escolas e universidades onde a maioria desses jovens está circunscrita em despertar nesse público a capacidade de pensar de modo crítico sobre a política e seus mecanismos. Assim, esperamos que o presente trabalho seja o ponto de partida que despertou nos jovens pesquisados o interesse pela política local, motivando-os a participar de forma ativa no exercício de sua representatividade política.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 ago. 2022.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**. Ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27_carrano1.pdf. Acesso em: 31 jun. 2022.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. v. 16, n. 30, jun., p. 253-268, Curitiba. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/BV6fYy8ghNMjyyMh7Q9VSw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

COSTA, Ricardo Servulo Fonseca da; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**. vol. 12, n.1, jan/jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1326/739>. Acesso em: 06 ago. 2022.

FONSECA, Júnior Xavier; FACHIN, Zulmar, 2018. A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios. **Revista Estudos Políticos**. vol. 9, n.2, p. 03-23, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/40572/23381. Acesso em: 07 ago. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade - uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, vol. 31 n. 82, p. 117-133, Jan/Abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/21960/16325>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise; SILVA, Ana Cecília. Juventudes e Participação: Compreensão de Política, Valores e Práticas Sociais. **Psicologia & Sociedade**. vol. 28, n. 2, p. 288-297. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7KqkS7nPLg55HnS46sWRPw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

NOGUEIRA, Cristiano Miranda. A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v.1, p. 307-319, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/16332/10990>. Acesso em: 06 ago. 2022.

O engajamento político do jovem pode mudar o Brasil realmente. **Unibh BLOG**. Disponível em: <https://www.unibh.br/blog/o-engajamento-politico-do-jovem-pode-mudar-o-brasil-realmente/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública, Campinas**. v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/nPwPLVHpnbf3sYpTZps9WCs/?lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PINTO, Ana Estela Sousa; TAVARES, Joelmir. Jovens têm mais interesse em atuar na política, mostra pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 de set. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol>

com.br/poder/2018/09/jovens-tem-mais-interesse-em-atuar-na-politica-mostra-pesquisa.shtml.
Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, Daniel Neves. Política. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/politica>.
Acesso em: 04 jun. 2020.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de; JARDIM, Neymilson Carlos. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. **Rev. Fac. Direito**. v. 47, n. 2, p. 318-333, Uberlândia, MG. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/45713/28527>. Acesso em: 18 jun. 2021.

WOLFGANG, Leo Maar. **O que é Política**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Recebido em 31 de julho de 2022.
Aceito em 20 de setembro de 2022.